

**JIP**

**Jardim de Infância Popular**

Instituição Particular de Solidariedade Social

# PROJETO EDUCATIVO

TRIÉNIO 2019 / 2022

---

## ÍNDICE

	<b>Pág.</b>
Introdução .....	2
1. Caraterização do Contexto da Ação Educativa .....	4
1.1. Caraterização do Meio Envolvente .....	4
1.2. Caraterização dos Elementos Materiais .....	7
1.3. Caraterização dos Elementos Humanos .....	9
1.4. Caraterização do Clima .....	10
1.4.1. Tipo de Gestão .....	10
a) Gestão dos Corpos Gerentes .....	10
b) Gestão Executiva .....	11
c) Conselho Pedagógico .....	12
d) EMAEI .....	12
e) Organograma .....	13
1.4.2. O JIP como Instituição Pedagógica .....	14
1.4.3. O JIP e a Comunidade .....	16
2. Valores e Princípios para a Ação Pedagógico-Didática .....	18
3. Objetivos Gerais .....	20

## INTRODUÇÃO

“Os primeiros anos de educação podem considerar-se bem-sucedidos se conseguirem transmitir às pessoas a força e as bases que façam com que continuem a aprender ao longo de toda a vida, no trabalho, mas também fora dele”. (1)

O presente documento é o Projeto Educativo do Jardim de Infância Popular (JIP) que surge como referência interna e instrumento fundamental para o funcionamento do mesmo. Versando, de um modo global, os diversos aspetos da vida da instituição.

Pretende-se igualmente potenciar a articulação com e entre todos os restantes agentes educativos envolvidos no percurso e formação das crianças (família e parceiros educativos). Deve ser um projeto dinâmico, orientador e mobilizador para toda a comunidade educativa, reconstruindo-se todos os dias.

Assim, o Projeto Educativo assume um papel determinante na articulação da autonomia e da participação comunitária, explanando-se os valores, as metas e as estratégias no cumprimento da função educativa da instituição.

O Jardim de Infância é a base para o sucesso escolar e conseqüentemente um caminho para o sucesso na vida. Facultando um referencial para planear processos, estratégias e modos de progressão de forma a que, as crianças possam realizar as aprendizagens fundamentais para a continuidade do seu percurso educativo.

Na prática o Jardim de Infância procura sempre privilegiar o desenvolvimento da criança e a construção articulada do saber, numa abordagem integrada e globalizante.

Sendo o JIP uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) dedicamo-nos a manter a qualidade do atendimento prestado às crianças, na componente de apoio às Famílias, assegurando, assim, as suas necessidades básicas a nível Pedagógico e Educacional.

Atendendo à relação com a comunidade, a organização interna do Jardim de Infância Popular definiu uma linha de orientação na qual perspetiva uma abertura à inovação e reforço na qualidade da educação.

(1) Comissão Internacional sobre educação para o séc. XXI. (1996) *Educação um Tesouro a Descobrir* – Relatório para a UNESCO. Porto, edições Asa.

---

Este documento destina-se a caracterizar o JIP, os técnicos das várias áreas, a sua inserção no meio e a sua organização interna. Assim como os seus princípios, valores e objetivos, promovendo sempre uma aprendizagem de sucesso. Concebendo intervenções educativas adequadas e possibilitar um processo educativo proporcionador de melhor qualidade para todos os agentes nele envolvidos.

Em termos gerais, visamos proporcionar às crianças um desenvolvimento maximizado das suas potencialidades obedecendo às características cognitivas, afetivas, psicomotoras, sociais e linguísticas da respetiva faixa etária. Sendo fundamental a consolidação de competências indispensáveis à vida pessoal e social.

## 1. CARATERIZAÇÃO DO CONTEXTO DA ACÇÃO EDUCATIVA

### 1.1 Caraterização do Meio Envolverte

“(...) o meio social em que a criança vive influencia a sua educação, beneficiando a escola da conjugação de esforços e da potencialização de recursos da comunidade para a educação das crianças e dos jovens.” (2)

Aigualva-Cacém é uma cidade do concelho de Sintra com uma superfície total de 10.507 km<sup>2</sup> que corresponde a 3,3% da área total do concelho. Resultante da reorganização administrativa de 2013 a cidade passou a ser composta pela união de freguesias de Aigualva e Mira Sintra e pela união de freguesias de Cacém e São Marcos. Deste modo, a cidade é constituída por duas freguesias, Aigualva e Mira Sintra e Cacém e São Marcos, e reflete um dos mais progressivos centros urbanos da área metropolitana de Lisboa, sendo um dos maiores centros populacionais do país. Até 30 de Outubro de 2013 existiam quatro freguesias nomeadamente Aigualva, Mira Sintra, Cacém e S. Marcos.

Ao nível das acessibilidades é uma cidade servida, fundamentalmente, por uma linha de caminho-de-ferro suburbana e por dois acessos rodoviários denominados IC19 e A16. A ligação ferroviária entre Lisboa e Sintra é de extrema relevância pois permite as deslocações regulares dos seus habitantes que, maioritariamente trabalham fora da sua área de residência.

A cidade de Aigualva-Cacém possui um respeitável polo industrial e comercial para além de ser dotada de variadíssimos equipamentos e serviços.

(2) MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO BÁSICA (1997). *Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar*. Lisboa, Ministério da Educação/Departamento De Educação Básica/Núcleo de Educação Pré-Escolar.

### Breve Resenha Histórica – Agualva

O povoamento do território da freguesia remonta à conquista Cristã de Lisboa e Sintra aos Mouros, em 1147, por D. Afonso Henriques. A primeira referência conhecida surge nas inquirições Afonsinas de 1220.

No século XII, Agualva e Cacém já eram povoadas. O curso da ribeira das Jardas demarcava então os limites administrativos e paroquiais. Agualva e outros lugares da margem esquerda da Ribeira faziam parte da freguesia de Belas, enquanto Cacém, São Marcos da margem direita faziam parte da freguesia de Rio de Mouro.

Nos séculos seguintes expandiu-se o povoamento e a ocupação do território com o aparecimento de várias quintas (Quinta da Barroca, Quinta da Fidalga, Quinta do Tojal, etc.). No final do séc. XVIII Agualva-Cacém teria cerca de 450 habitantes e em meados do séc. XIX cerca de 500.

Em abril de 1887 com o estabelecimento da ligação ferroviária entre Lisboa e Sintra veio o desenvolvimento económico e o aumento demográfico. A ligação por caminho-de-ferro marca a partir daí, o destino de Agualva-Cacém.

Agualva e Cacém unem-se, a 15 de maio 1953, através do Decreto-Lei n.º 39210 para formar a freguesia de Agualva-Cacém. Nas décadas seguintes a freguesia transforma-se numa das áreas suburbanas da grande Lisboa e conhece, então, uma explosão ao nível da construção civil, que se traduziu numa urbanização onde os níveis de qualidade de vida nem sempre foram tidos em conta. Possuidora de problemas e desafios de carácter urbanísticos e ambiental que originaram o crescimento desordenado da área urbana e o pouco cuidado que este crescimento teve com o património ambiental local.

A 20 de setembro de 1985 foi elevada a vila e em 12 de julho de 2001, a vila foi elevada a cidade, tendo a antiga freguesia sido administrativamente desdobrada em quatro freguesias; Agualva, Cacém, Mira Sintra e São Marcos.

Após a elevação de Agualva-Cacém a cidade, esta passou por vários projetos de beneficiação por parte da Câmara Municipal de Sintra, mas principalmente por parte do Programa Polis (Programa de Requalificação das Cidades Europeias) que teve por objetivo a valorização do património histórico ou natural. A sua concretização veio mudar radicalmente a estrutura central de Agualva-Cacém e melhorar o estatuto de cidade que passou assim a dispor de um parque urbano (Parque Linear da Ribeira das Jardas).

### Breve Resenha Histórica – Mira Sintra

A Freguesia de Mira Sintra foi criada no ano 2001, com a publicação da Lei nº 18-C/2001 de 3 de julho, que dividiu a Freguesia de Aqualva-Cacém em quatro novas Freguesias: Mira Sintra, S. Marcos, Aqualva e Cacém.

Mira Sintra teve na sua génese, um bairro social. A origem da sua designação decorre da sua situação geográfica em função da vista panorâmica que toda a urbanização tem sobre a Serra de Sintra.

Esta urbanização foi um projeto concebido à luz dos princípios da Carta de Atenas e construído pelo Fundo de Fomento da Habitação, posteriormente denominado IGAPHE (Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado).

O Bairro de Mira Sintra, localizado num terreno que dava pelo nome de “Casal da Pedra”, é fruto de um plano desenvolvido em 1965 pela antiga Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais/Serviço de Habitações Económicas, para a concretização do Agrupamento de Casas Económicas de Aqualva e Cacém. Em 1974, o Fundo de Fomento de Habitação possuía cerca de 2000 fogos e receando-se nessa altura uma ocupação ilegal abriu-se concurso público para a distribuição de 1950 fogos, tendo havido na altura 4524 candidatos concorrentes.

Habitado a partir de 1975, este bairro sempre demonstrou um grande espírito comunitário que se refletiu na criação de inúmeras associações e coletividades ao abrigo do esforço de muitos moradores que marcaram a vida social de Mira Sintra.

Nos últimos anos Mira Sintra tem vindo a ser alvo de um processo de requalificação urbana com a projeção e construção de diversos equipamentos e infraestruturas de utilidade pública.

Entre estes equipamentos destaca-se a nova Estação Ferroviária Mira Sintra-Meleças, o Centro de Dia para os idosos, a requalificação do Parque Urbano, a requalificação de espaços verdes, a reconstrução do Moinho da Pedra, a construção da Casa da Cultura, entre outros.

De realçar também, as iniciativas dos comerciantes locais, que ao longo dos anos criaram diversos polos comerciais na freguesia, registando-se atualmente, alguns novos investimentos na área do comércio e serviços.

O JIP está inserido na União de Freguesias de Aqualva e Mira Sintra que tem cerca de 5.980 hectares de superfície e aproximadamente 41.104 habitantes (censos 2011).

Aqualva e Mira Sintra é um dos maiores centros populacionais do país, fruto do acelerado desenvolvimento urbano ocorrido nas últimas décadas.

O JIP faz parte dos equipamentos existentes a nível social na União de Freguesia de Aqualva e Mira Sintra, no âmbito de equipamentos não lucrativos, e como consequência do grande aglomerado populacional existente nesta freguesia, pertencente sobretudo à denominada classe média-baixa, existe um número considerável de Instituições de resposta social a nível pré-escolar, escolar, equipamentos para adolescentes, idosos, deficientes e de cultura, desporto e recreio embora, ainda assim, se note um défice estrutural a este nível.

A nível cultural, existe uma diversidade significativa, havendo crianças de várias nacionalidades e crenças, o que torna todo o grupo institucional bastante rico, pois existe uma grande troca de vivências e experiências entre as crianças, famílias e funcionários da instituição.

## **1.2. Caraterização dos Elementos Materiais**

A nossa Instituição funcionou durante 31 anos em instalações de carácter habitacional, que foram adaptadas e ampliadas ao longo dos anos, tentando-se sempre adequar as instalações e equipamentos numa perspetiva de abertura à inovação e reforço da qualidade da educação.

Com a intervenção do projecto Cacém Polis, as antigas instalações deram lugar a um novo edifício feito de raiz (distanciado cerca de 150 metros da zona do anterior) onde, de março de 2006 a julho de 2007, funcionaram as mesmas Respostas Sociais (RS) com o mesmo número de crianças.

A partir de setembro de 2007, houve uma reconversão parcial da RS do Centro de Atividades dos Tempos Livres (CATL) para a RS de creche, dando origem a duas salas, uma sala com um grupo de crianças de idades compreendidas entre os 12 e os 24 meses e outra com um grupo de crianças de idades compreendidas entre os 24 e os 36 meses.



No ano letivo 2008/2009, e no seguimento da reconversão parcial, concretizamos a abertura de uma sala de berçário.

Em janeiro de 2015, concretizámos a abertura de uma outra sala com capacidade para 10 crianças, com idades compreendidas entre os 24 e os 36 meses.

O atual edifício foi construído através de processos de arquitectura sustentável, sendo um edifício bioclimático onde a água das chuvas é aproveitada para as descargas de autoclismos e sistema de rega, a orientação e aproveitamento da luz solar é a correta, onde existem também 20 painéis solares para aquecimento de águas e climatização de salas e gabinetes de trabalho, entre outras características de aproveitamento de recursos naturais.

### **As atuais instalações dividem-se por três pisos compostos por:**

#### **Piso 0**

- Portaria
- Áreas técnicas
- Jardim (com duas áreas de parque infantil, relva, árvores, zona coberta, horta pedagógica e 3 casas de banho)

#### **Piso 1**

- Quatro salas de pré-escolar, com acesso direto para o jardim
- Quatro casas de banho para crianças inerentes a cada sala
- Uma casa de banho para adultos
- Um gabinete dos serviços administrativos
- Um gabinete da Direção
- Um gabinete da Direção Técnico Pedagógica
- Uma sala de leitura
- Uma sala polivalente (com várias utilidades, onde funciona actualmente o CATL)

#### **Piso 2**

- Uma sala de Berçário
- Uma copa de leites
- Uma sala de crianças dos 12 aos 24 meses
- Duas salas de crianças dos 24 aos 36 meses
- Três casas de banho para crianças
- Uma casa de banho para adultos

- Uma sala de convívio
- Um gabinete médico
- Lavandaria
- Cozinha
- Refeitório

No edifício existe também uma plataforma elevatória para indivíduos com dificuldade de locomoção.

O equipamento e todo o material pedagógico existente na Instituição encontra-se de acordo com as normas emanadas pela Divisão da Educação Pré-Escolar do Ministério da Educação.

### 1.3. Caracterização dos Elementos Humanos

A Instituição dispõe de capacidade para 164 crianças com idades compreendidas entre os 4 meses e os 10 anos, referentes às RS de creche, pré-escolar e CATL.

A RS de creche é composta por um total de 52 crianças, distribuídas por quatro salas:

<b>Berçário</b>	10 crianças	4 aos 12 meses	auxiliar e 2 AAE*
<b>Sala 3</b>	10 crianças	24 aos 36 meses	educadora e 1 AAE
<b>Sala 1 Ano</b>	14 crianças	12 aos 24 meses	educadora e 2 AAE
<b>Sala 2 Anos</b>	18 crianças	24 aos 36 meses	educadora e 2 AAE

\*Ajudante de Ação Educativa

A RS de pré-escolar conta com um total de 92 crianças, distribuídas por quatro salas:

<b>Sala A</b>	23 crianças	3,4 e 5 anos	educadora e 2 AAE
<b>Sala B</b>	23 crianças	3 anos	educadora e 2 AAE
<b>Sala C</b>	23 crianças	4 e 5 anos	educadora e 1 AAE
<b>Sala D</b>	23 crianças	3 e 4 anos	educadora e 2 AAE

**Nota:** os grupos variam por anos letivos, sendo que o grupo com crianças de idades mais velhas a equipa é composta por educadora e 1 AAE

---

A RS de CATL tem capacidade para 45 crianças, atualmente a frequência é de 20 crianças, com uma animadora sociocultural e 1 AAE.

As Educadoras têm o horário das 9h00 às 17h00, com uma hora de almoço fixa, das 13h00 às 14h00, e uma hora de planeamento, das 14h00 às 15h00.

Quanto aos horários das AAE, estes são rotativos quinzenalmente, o horário da manhã é das 06h45 às 15h15 e das 07h30 às 16h00, com uma hora de almoço das 12h00 às 13h00; o horário da tarde é das 11h00 às 19h30, com uma hora de almoço das 14h00 às 15h00. Às segundas-feiras, as AAE fazem mais meia hora de trabalho, a da manhã sai às 15:45 / 16.30h e a da tarde entra às 10.30h.

À exceção da Sala 3 e de uma sala de pré que funcionam a 2 elementos, a educadora tem o horário das 9h00 às 17h00 e a AAE das 10h00 às 18h30.

No CATL, em tempo letivo, a animadora sociocultural faz horário rotativo com AAE (manhã / tarde), nas pausas escolares faz 9h00/17h00.

O funcionamento técnico-pedagógico da Instituição é assegurado pela Diretora Técnico Pedagógica, que tem a seu cargo a gestão e organização pedagógica da Instituição, que abrange: educadores de infância (7), animadora sociocultura (1), auxiliar de educação (1), ajudantes de ação educativa (15), professores de Educação Física (2), professor de Hip-Hop (1) e professora de Yoga (1).

O funcionamento dos serviços administrativos é assegurado por uma chefe de serviços e um escriturário, com o apoio de uma empresa de contabilidade com a qual a Instituição tem avença. A Chefe de Serviços deste setor tem também a seu cargo a organização da **cozinha** – equipa de três elementos, coordenada por uma cozinheira, **serviços gerais** – equipa composta por cinco elementos, uma empregada de refeitório, dois trabalhadores auxiliares, porteiro e um motorista.

## **1.4. Caracterização do Clima**

### **1.4.1. Tipo de Gestão**

#### **a) Gestão dos Corpos Gerentes**

Como indicado nos estatutos da Instituição, o Jardim de Infância Popular caracteriza-se por uma gestão democrática. Os seus corpos gerentes são eleitos por sufrágio universal de associados, em assembleia-geral, por mandatos de quatro anos.

Assim, os corpos gerentes são constituídos da seguinte forma:

- **Direção (cinco elementos):**
  - ✓ Presidente;
  - ✓ Vice-Presidente;
  - ✓ Tesoureiro;
  - ✓ Secretário;
  - ✓ Vogal;
  - ✓ Três membros suplentes para eventual substituição.
  
- **Conselho Fiscal (três elementos):**
  - ✓ Presidente;
  - ✓ Secretário;
  - ✓ Vogal.
  
- **Mesa da Assembleia (três elementos):**
  - ✓ Presidente;
  - ✓ 1.º Secretário;
  - ✓ 2.º Secretário.

Para informação detalhada acerca das funções e responsabilidades de cada um dos corpos gerentes, e de cada um dos seus respetivos membros, pode-se consultar os estatutos da Instituição.

#### **B) Gestão Executiva**

A gestão interna e quotidiana da Instituição é assegurada por funcionários da própria, nomeadamente pela diretora técnico pedagógica e pela chefe de serviços, mediante diretrizes da direção, independentemente da eleição dos corpos gerentes em assembleia-geral.

---

Trata-se de uma gestão eminentemente executiva em que se procura, por um lado, aplicar as decisões tomadas pelos associados em assembleia-geral, pela direção e pelo conselho fiscal nos termos e limites das suas competências, conforme estipulado nos estatutos da Instituição e, por outro lado, aplicar e adaptar à realidade concreta da mesma todas as normas legais, formais e / ou informais dos organismos competentes, sendo estes o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, o Ministério da Educação e o Ministério da Saúde.

Procura também aplicar e adaptar à realidade concreta da Instituição outras normas e/ou recomendações de outros organismos oficiais como sejam a Câmara Municipal de Sintra, a União de Freguesias de Aqualva e Mira-Sintra ou outros.

A gestão interna procura ainda garantir o funcionamento de todas as áreas da Instituição, dependente de quaisquer decisões ou alterações impostas ou sugeridas pelos organismos acima referidos e/ou pelos corpos gerentes garantindo-se, assim, que o funcionamento da Instituição não seja prejudicado enquanto se processam tais alterações. Cabe à gestão interna do JIP garantir a aplicação das mesmas sem prejuízo para as atividades pedagógicas nem da gestão diária.

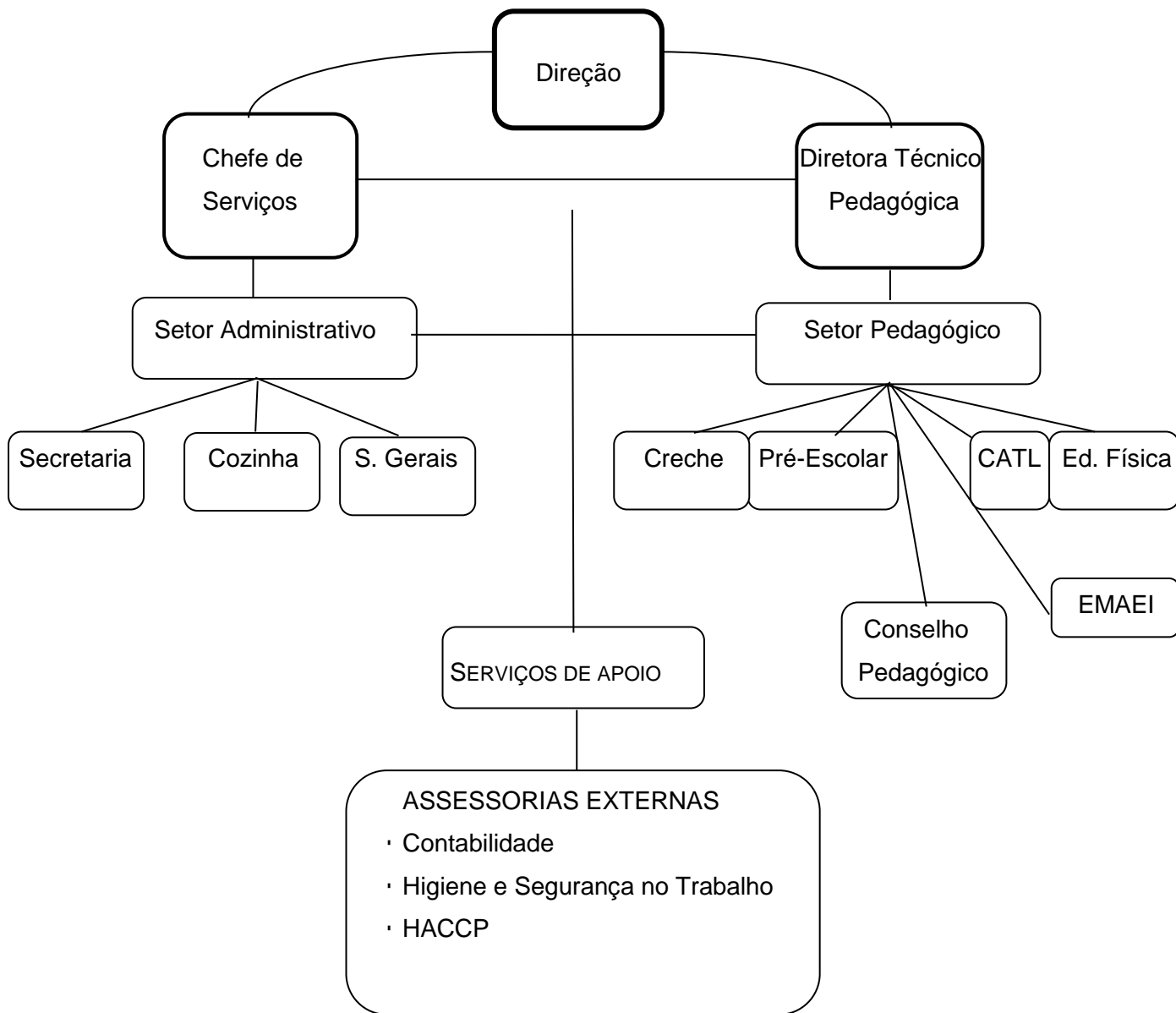
### **c) Conselho Pedagógico**

Esta Instituição conta com um conselho pedagógico, funcionando como órgão consultivo e tendo como fim a prestação e proteção à infância, promovendo e contribuindo para a qualidade da prática pedagógica, estipulado em regulamento interno próprio.

### **d) Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI)**

Esta equipa constitui-se como um dos recursos organizacionais específicos de apoio à aprendizagem e à inclusão, tendo em vista uma intervenção alargada, integrada e participada por todos os intervenientes no processo educativo. A intervenção dos docentes de educação especial assume um carácter complementar ao trabalho desenvolvido em sala ou em outros contextos educativos.

**e) Organograma**



### **1.4.2. O JIP como Instituição Pedagógica**

Após 1995, Portugal assistiu a uma fase de revitalização da educação de infância que foi sendo gradualmente assumida como “a primeira etapa de educação básica”<sup>1</sup>. Mas, para além da preocupação com a universalização e acessibilidade das crianças e famílias à educação pré-escolar, assiste-se também, a um maior empenho com a procura da qualidade dos serviços proporcionados por estas Instituições.

No que se refere à educação de infância, investigações, têm comprovado que só uma educação pré-escolar de qualidade, tem um impacto significativo na vida futura da criança, traduzindo-se em ganhos positivos, quer ao nível educativo, quer ao nível pessoal e social. As crianças que revelam um maior sucesso na escolaridade obrigatória, tornam-se cidadãos participantes, intervenientes e obtêm mais sucesso na sua vida profissional e pessoal, são aqueles que frequentaram programas de qualidade (Schweinhart, Barnes, Weikart, 1993).

Assim, torna-se consensual, entre os investigadores e os profissionais de educação, que um pré-escolar de qualidade é um factor determinante para a aprendizagem, bem como para a posterior integração social e pessoal.

No entanto, é do senso comum, que a construção da qualidade na educação é hoje um desafio complexo, de difícil avaliação e cujo sucesso depende de um conjunto de variáveis. Sendo imprescindível que, neste processo, se assuma a importância formativa e do desenvolvimento da infância, considerando a criança um participante ativo na construção da qualidade, com direito a ser ouvida, observada e a encontrar resposta às suas expectativas e interesses (Oliveira – Formosinho, 2001).

Numa perspetiva mais ampla, o reconhecimento da individualidade, passa por integrar no currículo, os saberes, as crenças e os valores da sociedade mais alargada e dos próprios docentes, bem como as especificidades da comunidade local e das famílias, onde se insere a Instituição. Numa perspetiva mais restrita, englobam ainda todas as outras dimensões em contexto de sala de atividades: espaços, materiais, tempo, interações, organização dos grupos, observação, planificação e avaliação das crianças, projetos e atividades, e, finalmente, uma prática educativa globalizante e articulada, que inclua todas as áreas de conteúdo (Oliveira – Formosinho, 2001, 2002).

<sup>1</sup> Expressão cunhada por João Formosinho (Conselho Nacional de Educação)

---

Estes ideais pedagógicos transferem inevitavelmente, para uma pedagogia ativa, em que a criança é um centro de toda a atividade educacional; uma pedagogia flexível, em que a voz da criança é essencial para conduzir o processo educativo; uma pedagogia diferenciada, que tem em conta a diversidade da criança em cada contexto educativo.

Diferenciar significa permitir a cada um apreender, ao seu ritmo, com os métodos que melhor se adequam (Perrenoud, 2000), o que implica novas formas de ensinar, avaliar e desenvolver as competências humanas (Grave – Resendes, 2002). Este é um conceito considerado como um direito a que todas as crianças deverão ter acesso, numa escola de inclusão (Niza, 1996). Esta perspetiva educacional integrada, de comunicação, de respeito e aceitação da especificidade individual, está no centro de uma educação transversal, multicultural e heterogénea, enquanto conceito compreensivo e abrangente face à diferença (englobando desde as diferenças de género, raciais, étnicas, culturais, religiosas, etárias, até às diferenças decorrentes de alguma deficiência física e mental).

Compreender e aceitar estas diferenças transfere para o educador a oportunidade de criar estratégias educativas para todos e fomentar nas crianças atitudes positivas face à diferença. De fato, trabalhar num ambiente heterogéneo, significa colocar toda e qualquer criança no centro da atividade pedagógica.

Porque acreditamos na importância da diferença e na riqueza da heterogeneidade etária como um dos seus princípios pedagógicos fundamentais, sendo também, nossa intenção dar a melhor resposta a todos os utentes e respectivas famílias, continuaremos com salas heterogéneas na RS de pré-escolar.

Para além de toda a metodologia aplicada no nosso dia-a-dia, consideramos fundamental que a Instituição tenha um horário razoavelmente alargado, de forma a dar resposta às necessidades da maioria das famílias que nos procuram, sendo a abertura às 6h45 e o fecho às 19h30.

A instituição encontra-se aberta todo o ano o que constitui um importante apoio às famílias. No regulamento estão discriminados os dias encerrados.



---

Algumas das atividades / comemorações, referenciadas no Plano Anual de Atividades elaborado por cada sala:

- São Martinho
- Natal
- Carnaval
- Dia do Pai
- 25 de Abril
- Dia da Mãe
- Páscoa
- Dia Mundial da Criança
- Praia (duas semanas após o encerramento do 1º ciclo)
- Festa de Fim de Ano
- Várias saídas / passeios

### **1.4.3. O JIP e a Comunidade**

De acordo com as nossas características, a Instituição tem procurado desde sempre, estabelecer ligação com a comunidade onde se insere, de forma a proporcionar às crianças e respetivas famílias uma melhoria na resposta educativa. Promovendo a interação com diversas entidades, associações e coletividades da comunidade:

#### **Instituições em Agualva**

- Junta de Freguesia Agualva e Mira Sintra
- Câmara Municipal de Sintra (Nomeadamente com a Divisão de Saúde e Ação Social)
- Biblioteca Municipal de Agualva-Cacém
- Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Agualva-Cacém
- PSP – 66ª Esquadra – Agualva-Cacém
- Centro de Saúde de Agualva-Cacém
- Serviços de Tratamento de Agualva-Cacém
- APADP – Associação de Pais e Amigos de Deficientes Profundos

- 
- Associação Coração Amarelo
  - Ginásio Clube 1º de Maio
  - Centro Lúdico das Lopas
  - Escola Secundária Ferreira Dias
  - Escola Secundária Matias Aires
  - Valdevinos Teatro de Marionetas
  - RJ Anima – Associação de Dinamização Ambiental, Social e Cultural

### **Instituições Mira Sintra**

- Centro de Saúde de Mira Sintra
- CECD – Centro de Educação para o Cidadão Deficiente
- PSP – 87º esquadra de Mira Sintra
- Casa 6
- Cruz Vermelha Portuguesa
- Centro de Apoio à Criança
- Casa da Cultura Lívio de Moraes

O JIP tem acordo estabelecido com o Instituto da Segurança Social, IP desde 01 de junho de 1982, sendo o seu normal funcionamento assegurado por um quadro de pessoal devidamente aprovado pelo mesmo.

É também prática usual desta Instituição facultar as instalações para fins sócio-culturais a entidades que as solicitem, tais como:

- ✓ Associações de Pais
- ✓ Associações de Moradores
- ✓ Junta de Freguesia
- ✓ Grupos Corais
- ✓ Escuteiros
- ✓ Outros

---

## **2. VALORES E PRINCÍPIOS PARA A AÇÃO PEDAGÓGICA**

Uma Instituição como o Jardim de Infância Popular torna-se por excelência, num espaço heterogéneo e plural, envolto num conjunto de ações organizadas, onde grande parte das crianças cursa uma das etapas mais decisivas da sua vida. Sendo desta forma, vocacionado para o desenvolvimento e aprendizagem da mesma, de forma a proporcionar atividades educativas e de apoio à família. Estando a participação destas, consagrada no processo educativo, como um direito.

Assim, este deve ser um espaço pensado e organizado em função das crianças e adequado aos seus interesses e necessidades.

O Projeto Educativo do Jardim de Infância Popular, tem como principais valores a ligação à vida, à família e ao meio envolvente. E como princípios educativos, a cooperação, a ajuda, a livre escolha, a igualdade de oportunidades, o respeito pelo outro. Ou seja, o desenvolvimento do Ser social na sua plenitude.

Fiéis aos princípios legais e orientadores de uma IPSS, consagrados nos Guiões Técnicos da Segurança Social (creche e CATL) e nas Orientações Curriculares do Ministério da Educação, o JIP, nortear-se-á na sua prática pelo cumprimento do Regulamento Interno em vigor, procurando a qualidade nos serviços prestados, sempre em prol do melhor para os seus utentes.

O nosso serviço assentará nos seguintes fundamentos:

- O desenvolvimento e aprendizagem como vertentes indissociáveis;
- O reconhecimento da criança como sujeito do processo educativo (partir do que a criança já sabe e valorizar os seus saberes como fundamento de novas aprendizagens);
- A construção articulada do saber (as diferentes áreas a contemplar não deverão ser vistas como compartimentos estanques, mas abordadas de uma forma globalizante e integrada);
- A exigência de resposta a todas as crianças (uma pedagogia diferenciada, centrada na cooperação, em que cada criança beneficia do processo educativo desenvolvido com o grupo).

### 3. OBJETIVOS GERAIS

A **RS de creche** caracteriza-se por um equipamento de natureza socioeducativa, de apoio à família e à criança, acolhendo crianças até aos 3 anos, durante o período correspondente ao impedimento dos pais ou de quem exerça responsabilidade parental.

Desde o nascimento a criança aprende de forma ativa, através das relações que estabelece com os seus cuidadores e, das explorações do meio envolvente. Como aprendiz ativo que é, a criança observa, alcança e agarra pessoas e materiais que atraem de forma especial a sua atenção. Através da combinação única de gestos, expressões faciais, barulhos e palavras, comunica os seus sentimentos e ideias. Entre as suas explorações, passa a confiar nos adultos que dele cuidam, em termos de atenção, apoio e desenvolvimento das suas ações, escolhas e formas de comunicar.

Importa igualmente referir os objetivos desta RS, presentes no artigo 4º da Portaria n.º 262/2011 de 31 de agosto:

- a) *Facilitar a conciliação da vida familiar e profissional do agregado familiar;*
- b) *Colaborar com a família numa partilha de cuidados e responsabilidades em todo o processo evolutivo da criança;*
- c) *Assegurar um atendimento individual e personalizado em função das necessidades específicas de cada criança;*
- d) *Prevenir e despistar precocemente qualquer inadaptação, deficiência ou situação de risco, assegurando o encaminhamento mais adequado;*
- e) *Proporcionar condições para o desenvolvimento integral da criança, num ambiente de segurança física e afetiva;*
- f) *Promover a articulação com os outros serviços existentes na comunidade.*

Passando esta etapa com tranquilidade e confiança, a criança atinge o período designado como o **pré-escolar** – dos 3 aos 6 anos.

A Lei Quadro da Educação Pré-Escolar estabelece, como princípio geral, que “A educação pré-escolar é a primeira etapa de educação básica no processo de educação ao longo da vida, sendo complementar da acção educativa da família, com a qual deve estabelecer estreita relação, favorecendo a formação e o desenvolvimento equilibrado da criança, tendo em vista a sua plena inserção na sociedade como ser autónomo, livre e solidário “.

Para que todo este processo se cumpra de forma mais consistente e equilibrada, o Educador tem como “guia” as *Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar*, que assentam basicamente nos seguintes alicerces:

- O desenvolvimento e aprendizagem como vertentes indissociáveis;
- O reconhecimento da criança como sujeito do processo educativo – o que significa partir do que a criança já sabe e valorizar os seus saberes como fundamento de novas aprendizagens;
- A construção articulada do saber – o que implica que as diferentes áreas a contemplar não deverão ser vistas como compartimentos estanques, mas abordadas de uma forma globalizante e integrada;
- A exigência de resposta a todas as crianças – o que pressupõe uma pedagogia diferenciada, centrada na cooperação, em que cada criança beneficia do processo educativo desenvolvido com o grupo;

Tendo como base estes fundamentos, será da responsabilidade do educador o desenvolvimento curricular, tendo em consideração:

**Os objetivos gerais** – enumerados na Lei-quadro da educação pré-escolar, como intenções que devem orientar a prática pedagógica;

**A organização do ambiente educativo** – como a organização do grupo, o espaço e o tempo, a relação com os pais e com outros parceiros educativos;

**As áreas de conteúdo** – que constituem as referências gerais a considerarem no planeamento e avaliação do trabalho pedagógico.

Distinguem-se três áreas de conteúdo:

- 1) Área de Formação Pessoal e Social;
- 2) Área de Expressão e Comunicação
  - 2.1 Domínio da Educação Física
  - 2.2 Domínio da Educação Artística:
    - 2.2.1 Subdomínio do Jogo Dramático / Teatro
    - 2.2.2 Subdomínio das Artes Visuais
    - 2.2.3 Subdomínio da Música
    - 2.2.4 Subdomínio da Dança
  - 2.3 Domínio da Linguagem Oral e Abordagem à escrita
  - 2.4 Domínio da Matemática
- 3) Área do Conhecimento do Mundo

**A continuidade educativa** – processo que parte das aquisições da criança para as aprendizagens seguintes;

**A intencionalidade educativa** – processo reflexivo de observação, planeamento, ação e avaliação desenvolvido pelo educador, adequando a sua prática às necessidades das crianças.

Para além dos suportes supra mencionados, toda a prática pedagógica é, também, baseada no princípio geral da lei-quadro da educação pré-escolar tendo como princípio geral, que “*A educação pré-escolar é a primeira etapa de educação básica no processo de educação ao longo da vida, sendo complementar da ação educativa da família, com a qual deve estabelecer estreita relação, favorecendo a formação e o desenvolvimento equilibrado da criança, tendo em vista a sua plena inserção na sociedade como ser autónomo, livre e solidário*”.

Deste princípio, sucedem os objetivos gerais pedagógicos, também definidos para a educação pré-escolar, sendo eles:

- a) *Promover o desenvolver pessoal e social da criança com base em experiências de vida democrática numa perspetiva de educação para a cidadania;*
- b) *Fomentar a inserção da criança em grupos sociais diversos, no respeito pela pluralidade das culturas, favorecendo uma progressiva consciência como membro da sociedade;*
- c) *Contribuir para a igualdade de oportunidades de acesso à escola e para o sucesso da aprendizagem;*
- d) *Estimular o desenvolvimento global da criança no respeito pelas suas características individuais, incutindo comportamentos que favoreçam aprendizagens significativas e diferenciadas;*
- e) *Desenvolver a expressão e a comunicação através de linguagens múltiplas como meios de relação, de informação, de sensibilização estética e de compreensão do mundo;*
- f) *Despertar a curiosidade e o pensamento crítico;*
- g) *Proporcionar à criança ocasiões de bem estar e de segurança, nomeadamente no âmbito da saúde individual e coletiva;*
- h) *Proceder à despistagem de inadaptações, deficiências ou precocidades e promover a melhor orientação e encaminhamento da criança;*
- i) *Incentivar a participação das famílias no processo educativo e estabelecer relações de efetiva colaboração com a comunidade.*

---

*A educação pré-escolar é a primeira etapa da educação básica no processo de educação ao longo da vida.*

Esta afirmação implica que durante esta etapa se criem as condições necessárias para as crianças continuarem a aprender. Por isso, importa que na educação pré-escolar as crianças **'aprendam a aprender'**.

Da mesma afirmação decorre também o objetivo geral:

*“Contribuir para a igualdade de oportunidades no acesso à escola e para o sucesso das aprendizagens”.*

O diálogo e a colaboração entre Educadores e Professores do Ensino Básico facilitam a transição e uma atitude positiva da criança face à escolaridade obrigatória, sendo esta a passagem do pré-escolar para o Ensino Básico / CATL.

Para que se alcancem estes objetivos é necessário que o trabalho diário seja intencional e planificado. Assim, o educador deverá organizar o processo educativo de modo a que este responda às características de cada criança, estimulando a sua evolução no grupo.

A progressão e diferenciação das situações de aprendizagem supõem que todas e cada uma das crianças tenham oportunidade de progredir a partir do nível em que se encontram devendo, desta forma, a dificuldade e exigência das atividades corresponder ao seu nível de desenvolvimento.

Este processo é, no entanto, marcado por dois momentos chave: a entrada para a resposta social de creche e a transição para a escolaridade obrigatória. Merecendo, por isso, uma atenção especial por parte do educador.

Para que o desenvolvimento global de cada criança seja o mais equilibrado possível é fundamental o incentivo à participação das famílias no processo educativo, de forma a estabelecer relações de efetiva colaboração.

As orientações curriculares assim como os seus objetivos para a educação pré-escolar, apesar de não constituírem um programa, são referências de apoio ao educador para que a sua prática pedagógica tenha sentido e proporcione aprendizagens significativas às crianças, qualquer que seja o modelo pedagógico utilizado.

Sendo importante que a educação pré-escolar garanta as condições de futuras aprendizagens com **sucesso**, não se pretende que se centre na preparação para a escolaridade obrigatória, mas que garanta às crianças um contato com a cultura e os instrumentos que lhes vão ser úteis para continuar a aprender ao longo da vida.

*“O mundo da aprendizagem é o mundo do fazer, da experiência, da tentativa e do erro, é o mundo da descoberta que uma vez achada aponta outra, para outra a descobrir, é um mundo com um horizonte que se expande à medida que mais para ele avançamos”.* (Ruben de Freitas Cabral)

Assim, também na RS de **CATL**, pretende-se proporcionar um espaço onde as crianças entre os 6 e 10 anos usufruam de atividades de lazer, nos períodos disponíveis das responsabilidades escolares e de trabalho das famílias.

Esta RS está caracterizada como **CATL para extensões de horários e interrupções letivas sem almoço**, o que pressupõe um funcionamento articulado com o período extracurricular da escola, auxiliando as famílias no início e/ou final desse período, assim como durante as interrupções letivas.

Os seus principais objetivos, baseiam-se em:

- a) *Permitir que cada criança, através da participação na vida em grupo, a oportunidade da sua inserção na sociedade;*
- b) *Contribuir para que cada grupo encontre os seus objetivos, de acordo com a s suas necessidades, aspirações e situações próprias de cada elemento e do seu grupo social, favorecendo a adesão aos fins livremente escolhidos;*
- c) *Criar um ambiente propício ao desenvolvimento pessoal de cada criança, por forma a ser capaz de se situar num clima de compreensão, respeito e aceitação de cada um;*
- d) *Favorecer a interação família/escola/comunidade/instituição, em ordem de uma valorização, aproveitamento e rentabilização de todos os recursos do meio.*  
(Macedo, Ema, 1998)

A avaliação do processo educativo permite reconhecer a pertinência e sentido das oportunidades educativas proporcionadas, saber se estas estimularam o desenvolvimento de todas as crianças e alargaram os seus interesses, curiosidade e desejo de aprender.



---

Este processo refletido define a intencionalidade educativa que caracteriza a actividade profissional de todos os intervenientes activos na construção do projeto educativo desta Instituição, porque acreditamos que ***um bom começo vale para toda a vida.***

### **3.1 Formação Contínua**

Garantir um serviço de qualidade significa uma permanente renovação dos saberes teóricos e práticos. Assim, no próximo triénio, será relevante reforçar o investimento na formação contínua, transversal ao pessoal docente e não docente, reconhecendo-a como vital para a concretização da qualidade profissional de cada um dos intervenientes e o seu contributo para o sucesso educativo das crianças.

### **3.2 Parcerias e Protocolos**

O JIP estabelece parcerias e protocolos de cooperação com Escolas e Centro de Emprego e Formação Profissional e outras instituições que permitam melhorar serviços, nomeadamente através de trabalho realizado por profissionais em áreas em que a instituição possa estar carente, como por exemplo através dos CEI'S e Estágios Profissionais.

---

## Referências Bibliográficas

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO BÁSICA (1997). *Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar*. Lisboa, Ministério da Educação/Departamento De Educação Básica/Núcleo de Educação Pré-Escolar.

Comissão Internacional sobre educação para o séc. XXI. (1996. *Educação um Tesouro a Descobrir – Relatório para a UNESCO*. Porto, Edições Asa.

<http://www.if-aqualvamisira.intra.pt/>

A Diretora Técnico Pedagógica

Isabel Pedroso

A Presidente da Direção

Leonor Vieira

Aqualva, janeiro de 2020